LIDERANÇAS POLÍTICAS E O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAPITALISTA: UM ESTUDO SOBRE O ESPÍRITO SANTO (1959-1966).

Jefferson Ferreira Alvarenga[*]

RESUMO

Este estudo visa examinar a relação entre as lideranças políticas do Espírito Santo, entre os anos de 1959-1966 e sua interferência no desenvolvimento capitalista. Portanto, focamos este estudo nos governos estaduais de Carlos Lindenberg (1959-1962) e Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966). Levando em consideração que a monocultura cafeeira predominava na economia local, até o ano de 1955. A crise iniciada no mesmo ano, levou ambas as lideranças a viverem em seus respectivos governos um momento de crise econômica. O resultado de tudo isso, foi um momento de ambiguidades, pois ao mesmo tempo em que essas lideranças procuravam mudar o discurso em torno do desenvolvimento capitalista, também eles tentaram minimizar os efeitos da crise do café, logo defenderam tal monocultura.

Palavras-Chaves: História. Populismo. Política. Espírito Santo. Estado.

ABSTRACT

This study aims to examine the relationship between the political leadership of Espirito Santo between 1959 and 1966, and its interference on the capitalist development. Therefore, this study is focused on the governments of Carlos Lindenberg (1959-1962) and Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966). Taking into consideration that coffee as a monoculture was predominant in the local economy until 1955. The crisis, started in 1955, led both leaders in their respective governments to live a moment of economic crisis. The result of it was a moment of ambiguity because while these leaders sought to change the discourse around the development of capitalism, they also tried to minimize the effects of the coffee crisis by defending such monoculture.

Key words: History. Populism. Politics. Espírito Santo. State.

[*] Possui Mestrado em História Social das Relações Políticas (2012). Especialista em História política (2009) e graduado em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006). E-mail: jeffersonufes@yahoo.com.br.

1. O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAPITALISTA

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg governou novamente o estado do Espírito Santo entre os anos de 1959 e 1962. Na visão de José Teixeira de Oliveira (2008), "[...] Como no quadriênio anterior (1947-51), Carlos Lindenberg governou com os olhos voltados para os problemas do campo [...]" (OLIVEIRA, 2008, p. 479).

Para Marta Zorzal e Silva (1986), Carlos Lindenberg, ao assumir o segundo mandato como governador, encontrou a estrutura institucional inalterada desde o governo Jones dos Santos Neves (SILVA, 1986, p. 349). De certo modo, Francisco Lacerda de Aguiar não alterou a administração pública, apenas introduziu uma forma flexível de gestão. Do ponto de vista de Lindenberg, o governo Lacerda de Aguiar gerou o *caos administrativo e financeiro* [1] (SILVA, 1986, p. 349). Segundo Almeida (2010): "[...] Quando Carlos assumiu, encontrou 'o caos absoluto, a administração completamente desordenada'. Chiquinho cumprira realmente a promessa [...]" (ALMEIDA, 2010, p. 385).

Quanto à estruturação política, o quadro de dirigentes de seu governo será, em maior parte, de pessoas ligadas ao Partido Social Democrático (PSD), dessa maneira sobrando pouco espaço ao partido coligado, no caso, o Partido Social Progressista (PSP), que ficou apenas com a Secretaria de Viação e Obras Públicas (SILVA, 1986, p. 350), enquanto as outras secretarias ficaram divididas entre os integrantes do próprio PSD.

---

[1]Carlos Lindenberg relata: As usinas de laticínios registravam total descaso, como a de Mimoso do Sul, que desabara e estava sendo reconstruída; a de Guaraná teve suas máquinas transferidas para quatro municípios; a de Ibiraçú não fora colocada em funcionamento; na Secretaria de Viação e Obras Públicas havia excesso de pessoal: trezentos empregados desnecessários na Administração do Porto de Vitória, sessenta no Departamento de Estradas de Rodagem (quase todos os tratores estavam em mãos de particulares "e muitas unidades desses equipamentos, sobretudo caminhões, ainda hoje não foram encontradas"). Na Secretaria de Educação haviam sido admitidos, sem a existência de recursos orçamentários próprios, 236 diaristas. Para atender ao pagamento de 1.167 docentes de emergência admitidos em 1958 foi também necessário lançar mão de recursos extraorçamentários. No mesmo ano, 450 professores foram colocados à disposição, trazendo, em consequência, acúmulo de professores em estabelecimentos de zonas privilegiadas, incluindo a capital e cidades prósperas, em flagrante prejuízo para a zona rural. Por isso, o governo anterior lançara mão dos docentes de emergência, aproveitados sem nenhum critério de seleção. As condições higiênicas da Escola Normal Pedro II exigiam da Secretaria "providências enérgicas quanto ao material didático, reparação de móveis e carteiras, pintura geral, instalação de nova rede elétrica e reforma completa das instalações sanitárias, já que as privadas não tinham água para o seu funcionamento". Registrava-se que 60% das escolas no interior estavam vagas, além de altíssimas taxas de analfabetismo. Nas escolas superiores, professores eram nomeados sem apreciação e aprovação do respectivo currículo pelo Ministério da Educação e Cultura (ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg**: Um Estadista de seu tempo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p.335). Em outro relato, Carlos Lindenberg afirma: "[...] - Quando assumi, só professoras substitutas eram 663- muitas substitutas das substitutas e todas ganhando a mesma coisa que as efetivas. Os procuradores do Estado eram doze, mas seis estavam fora, com seis substitutos ganhando, todos colocados a disposição e ganhando. Professores que estavam no Rio ganhavam por aqui. Funcionários a disposição, fora de seus lugares, eram mais de mil (...) Eu não podia manter esse pessoal substituto de substituto, com o Estado sem dinheiro para pagar. Era 104 por cento de despesas do Estado com funcionalismo, que já estava seis meses atrasado [...]" (As confissões de Carlos Lindenberg. **Espírito Santo Agora**. Vitória, n° 5, p. 54-60, mar. 1973).

QUADRO 1. COMPOSIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO GOVERNO CARLOS LINDENBERG (1959-1962)			
Instituição	Titular	Partido	Observações
Secretaria de governo	Alfredo Cabral	PSD	Advogado, membro do PSD. Na primeira gestão esteve a frente desse órgão.
Secretaria do Interior e Justiça	Darcy Pacheco de Queiroz	PSD	Militar, ligado ao PSD, fora comandante da Polícia Militar em administrações passadas.
Secretaria da Fazenda	Armando Rabello	PSD	Administrador, técnico em estatística, fora diretor geral do Departamento Estadual de Estatística, prefeito municipal de Vitória, e exercia a função de diretor geral do Serviço Social Rural.
Secretaria da Educação e Cultural	Bolívar de Abreu	PSD	Médico sanitarista, filho de Fernando de Abreu, o qual fora um dos fundadores do PSD no Espírito Santo e secretário de educação no primeiro governo Lindenberg. Bolívar exercia a função de representante do Espírito Santo no convênio SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), vinculado ao Ministério da Saúde (60). Departamento de Saúde, vinculado a Secretaria de Governo - Carlos Lindenberg Von Schilgen, médico e sobrinho do governador eleito, ligado ao PSD.
Secretaria de Agricultura	Pedro Merçon	PSD	Agrônomo, exercia a função de diretor da ACARES.
Secretaria de Viação e Obras Públicas	Asdrúbal Soares	PSP	Engenheiro, ex-presidente do PSP no Espírito Santo, exercia a função de presidente da ESCELSA. Acumulou dois cargos (presidente da Escelsa e Secretário de Governo, até julho de 1960, quando a presidência da Escelsa foi entregue ao Cel. José Lindenberg, irmão do Governador.

Prefeitura de Vitória	Adelpho Poli Monjardim	UDN	A administração havia adquirido autonomia, sua eleição resultou da divisão da aliança PSD/PSP.
Obs: Durante o período político-administrativo não se registram grandes atritos. Com exceção do Secretário de Governo, que seria substituído por Milton Caldeira - o grupo constituído, inicialmente será mantido até o final da gestão.			

FONTE: SILVA, 1986, p. 350 e 351.

O quadro 1 demonstra que todos os indicados pelo governador eleito já haviam estado na direção do Estado na gestão primeira de Carlos Lindenberg, porém ocupando outros cargos. Talvez esse seja um dos fatores que explicam a pouca mobilidade e os poucos atritos entre os dirigentes do governo.

Na visão de Marta Zorzal e Silva (1986), Lindenberg teve novamente uma postura de manter o equilíbrio orçamentário, porque, para ele, a principal obrigação do Estado era manter suas funções tradicionais, e não ser indutor das transformações capitalistas (SILVA, 1986, p. 351). No entanto, o governador voltou ao modelo de desenvolvimento[2] iniciado por Santos Neves, mas numa forma bem distinta. Lindenberg entendia que a mudança capitalista deveria ser feita de modo lento e gradual, sem grandes rupturas (SILVA, 1986, p. 355). Por isso, o executivo estadual direcionou seu programa econômico para lavouras cafeeiras, tentando diminuir os efeitos da erradicação, e também procurou intensificar a produção de energia elétrica no estado, com a finalidade de subsidiar a indústria.

Provavelmente, Lindenberg apoiava a cafeicultura, porque era a principal fonte de renda do Estado e, de certo modo, o governador imaginava que a renda advinda do café poderia gerar subsídios para a instalação de indústrias, como aconteceu em São Paulo. A economia industrial era vista por Lindenberg como o caminho para as soluções dos problemas

[2]Discurso de Carlos Lindenberg: [...] Nos tempo quem correm impõe-se nos [sic] ir ao encontro dos investimentos para atraí-los, ainda que numa luta por vezes desigual com as demais unidades da federação, luta que se acentua, a cada dia, ora no cotejo dos interesses políticos regionais, ora na inversão dos valores econômicos [...]. [...] Por esta razão mesma é que constituímos um grupo de trabalho de que participaram as classes conservadoras, além de componentes da administração e ao qual atribuímos a missão precípua de rever o programa que o governo pretendia lançar no sentido de intensificar as atividades criadoras e aceleradoras de propriedade e desenvolvimento [...] (ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1961 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, [s.n], 1961, p.5).

do estado. Diferentemente do que pensa José Teixeira de Oliveira, Carlos Lindenberg não governou apenas para o campo, mas tentou montar uma estrutura que permitisse o desenvolvimento econômico-industrial.

Enquanto liderança política, Lindenberg diferenciava-se de Jones dos Santos Neves por causa da postura carismática. E, de certo modo, ele pensava diferente das outras lideranças do PSD em relação ao desenvolvimento industrial, salvo o próprio Santos Neves. Dois motivos dificultaram o processo de instalações de indústrias em seu segundo governo: o caos administrativo deixado por Lacerda de Aguiar e os compromissos assumidos entre o governador do Estado e as elites cafeeiras, no que tange à direção da administração estadual.

Carlos Lindenberg, já em 1947, previa o esgotamento da cafeicultura, portanto o Espírito Santo, como outros estados, deveria se pautar no desenvolvimento industrial:

> [...] Na Mensagem à Assembléia Legislativa, em 1947, já antevendo a exaustão da monocultura cafeeira, Carlos pretendia livrar "o café do pesado ônus de ser quase exclusivo responsável pelo bem-estar de nossas populações e pela posição das finanças e dos orçamentos do estado". Assim, ele percebeu que a saída estaria na integração do estado à política de desenvolvimento do capitalismo industrial que o país então experimentava; o que era permitido devido ao relativo isolamento do Brasil e à crise do sistema capitalista ocorrida entre as duas guerras mundiais [...] (ALMEIDA, 2010, p. 336).

Carlos Lindenberg, após seu primeiro governo, foi eleito senador da República e, como senador, manteve contato político em nível federal, com outras lideranças políticas brasileiras. Naquele momento histórico, passaram pela presidência da República figuras políticas como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. E foi nesses governos que houve a aceleração do desenvolvimento capitalista brasileiro. Inegavelmente, Lindenberg manteve relações com essas personalidades políticas, como também com seus respectivos projetos políticos de desenvolvimento capitalista para o Brasil. Por isso, em uma entrevista dada ao Jornal A Gazeta, em 10 de janeiro de 1957, Carlos Lindenberg fala sobre a necessidade do desenvolvimento:

> [...] Após esta apreciação ligeira sobre o problema nacional, conduzimos o Senador Lindenberg à análise e apreciação dos fatos locais, principalmente aqueles relacionados com a nossa administração política. Com evidente habilidade (...) Esclareceu-nos o entrevistado. Acho que já é chegada a hora de os verdadeiros e bons capixabas prepararem uma aglutinação sadia de suas bases patrióticas nos seus objetivos a fim de conduzir o Estado do Espírito Santo aos destinos verdadeiros, que são os destinos de progresso, paz social e

> bem estar. Há graves e sérios problemas que nos afrontam e para os quais não se tem volvido a atenção máxima dos governantes, a lavoura (...) está carecendo de maiores incentivos e urge estabelecer um plantio de intensivo favorecimento (...) capacidade produtora. Temos que lutar contra esse (...) determinismo das estatísticas infundadas. **O Espírito Santo é um Estado que, pela sua predestinação histórica e geográfica, está fadado a uma atuação ímpar e invulgar para o progresso e para o desenvolvimento. É responsabilidade das maiores e que compete aos homens públicos e aos partidos não agüentar mais estas tendências ao (...). Foi este, sempre e sempre, o objetivo que nos orientou em nossa vida, pública e administrativamente. Sem falsas modéstias, quando em nosso governo iniciamos a ponte de Linhares e o Frigorífico, quando intensificamos o fomento no amparo a lavoura, e quando adotamos a política financeira restrita nos seus gastos, porém acumulativa nos seus propósitos, tínhamos em mente, como sempre temos tido, o acolhimento a estas tendências de nosso progresso.** E por isso acrescentamos - Senador Lindenberg - é preciso respeito por esta nossa linha de conduta que tem sido a conduta genuinamente pessedista de todos os nossos companheiros que o povo, nesta fase da vida espírito-santense procura a nossa agremiação (...). A reestruturação do que iniciamos agora, nos subúrbios de Vitória significam mais do que a simples organização interna de um Partido, traduzem um estado de espírito e nossa gente que alheando se aquele extremismo prejudicial da política sem objetivos, [sic] coloca em plano maiores o bem estar social e a paz da população e a restauração da confiança e da satisfação nas medidas governamentais [...] [3] (grifo nosso).

Como compromisso de campanha para o pleito de 1958, Carlos Lindenberg propunha: 1- Recuperação do crédito em favor do Estado; 2- Arrecadar mais, sem novos aumentos de impostos; 3- Industrialização e lavoura: paralelismo; 4- Transporte, armazéns, silos e apoio ao lavrador; 5- Prestígio da autoridade e retorno da disciplina; 6-Colaboração integral e firme da coletividade[4].

Quando venceu as eleições de 1958, Lindenberg se preocupou com a modernização econômica do estado do Espírito Santo. Segundo o Jornal A Gazeta:

> [...] Começaram com boa antecedência as preocupações do novo governador: Aceleração no ritmo construtivo de usinas hidro-elétricas [sic] e meios imediatos para equilíbrio das finanças públicas, juntaram-se as convocações com grupos industriais a se localizar no Estado - Carlos Lindenberg pondo à

[3]"O líder pessedista Carlos Lindenberg: Aglutinação imediata dos bons capixabas para conduzir o Estado ao seu verdadeiro destino. ***A Gazeta***, Vitória, p. 01, 10 jan. 1957."

[4]"Roteiro do candidato Carlos Lindenberg: 1- Recuperação do crédito em favor do Estado; 2- Arrecadar mais sem novos aumentos de impostos; 3- Industrialização e lavoura: paralelismo; 4- Transporte, armazéns, silos e apoio ao lavrador; 5- Prestígio da autoridade e retorno da disciplina; 6-Colaboração integral e firme da coletividade. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 19 mar. 1958."

> margem as canseiras de uma campanha árdua e (...) estabelece pontos de contato de seu futuro governo [5].

O principal desafio para resolver o problema do desenvolvimento capitalista[6] era a eletrificação. Para isso, Carlos Lindenberg passou todo o seu governo procurando terminar a construção das Usinas Suíça e Rio Bonito[7].

Por consequência das mudanças capitalistas, houve uma perda de espaço das forças políticas tradicionais para as forças industriais emergentes. Mesmo assim, conforme Marta Zorzal e Silva (1986), essas forças tradicionais conseguiram assumir os cargos políticos mais importantes da administração do Estado, e impor um ritmo lento e gradual à modernização econômica estadual. Além disso, as transformações capitalistas impuseram modificações estruturais ao Estado. Dessa forma, houve o re-aparelhamento da burocracia governamental, num sentido técnico e racional.

Por outro lado, essas mudanças trouxeram uma nova organização sindical de atores sociais identificados com a industrialização. Essas forças estavam nucleadas, sobretudo, em torno da Federação das Indústrias do Espírito Santo[8] (FINDES). Sua fundação data de fins dos anos 50 — para sermos mais exatos, de 12 de fevereiro de 1958. Anteriormente, a estrutura familiar predominava na gerência dos pequenos negócios, e a classe empresarial se

---

[5] "Começaram com boa antecedência as preocupações do novo governador. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 26 out. 1958".

[6]Cf. ALMEIDA. A. Op.cit., p.417, nota 2. Carlos resume algumas realizações do seu governo: [...] — Além da conservação das estradas de terra, tratamos também da construção de estradas asfaltadas. Começamos com a estrada de Cachoeiro a Alegre, que deixamos quase concluída; a estrada de Colatina a Barra de São Francisco, que deixamos quase na metade, e ainda outros trechos. Já havíamos construído a estrada de Vila Velha no primeiro governo, o que deu grande desenvolvimento àquele município; construímos a estrada para Cariacica, que antes era um lamaçal enorme e com a estrada nova dava para ir de Cariacica a Vitória em apenas onze minutos. Espalhamos a eletrificação rural por 23 municípios, justamente para possibilitar a criação de indústrias e melhorar a vida desse povo. Araram-se terras, fizeram-se terreiros, sanearam-se brejos e melhorou-se a vida do pessoal da lavoura.

[7]Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo, Dr. Américo Buaiz, em telegrama enviado ao governador Carlos Lindenberg, em nome da classe que integra aquele organismo sindical de grau superior, manifestou a satisfação dos industriais capixabas pela abertura da concorrência para construção da Usina Suissa [sic]. O pronunciamento da Federação das Indústrias é dos mais significativos, porque, partindo dos homens que, através da industrialização, têm selado para o nosso Estado condições de prosperidade e desenvolvimento. É o seguinte o teor do telegrama congratulatório firmado pelo presidente Américo Buaiz: "No momento em que são anunciadas as primeiras providências para seleção dos interessados na concorrência da Usina Suissa [*sic*], (...) em manifestar a Vossa Excelência, em nome das Indústrias Capixabas, nosso mais caloroso aplauso a tal iniciativa, que representa, sem dúvida, um caminho aberto para o progresso de nossa terra. Ampliando nosso potencial de energia. Vossa Excelência está dando curso a um imperativo (...) exigência econômica (...) novos para que o Espírito Santo, dentro em breve, alcance posições destacada [sic] como elemento dinamizador da riqueza nacional" ("Suissa é um caminho aberto para o progresso do Estado. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 28 jul. 1960").

[8]A FINDES foi reconhecida por carta sindical assinada pelo Ministro dos Negócios do Trabalho, da Indústria e do Comércio, Fernando Nóbrega, em 29 de junho de 1958. Américo Buaiz foi seu primeiro presidente (FINDES [Brasil]. *A Federação das Indústrias e o desenvolvimento,* 1ª edição. Vitória, 1998, p. 22).

aglomerava em torno da Associação Comercial de Vitória, sendo que, mais tarde, foi criada, em outubro de 1954, a Federação do Comércio.

As rápidas transformações capitalistas das décadas de 1950/1960 e a criação da FINDES favoreceram o empresariado, que, junto com o governo do estado, promoveu debates sobre a modernização industrial do Espírito Santo, debates esses que se tornaram mais frequentes. Apesar de o executivo estadual ter interesse numa modernização sem rupturas, a classe empresarial saiu bem na frente da própria administração estadual e, em maio de 1959, a FINDES formou seu Conselho Técnico, com a finalidade de fornecer dados sobre a realidade capixaba.

O governo estadual, aliado à FINDES, promoveu a formação do Conselho Técnico, que seria um órgão para auxiliar o Estado nas questões da industrialização. Esse conselho reunia tanto os representantes da indústria, quanto os representantes do governo estadual. O Conselho Técnico tinha os seguintes objetivos:

> [...]
>
> 1- Siderurgia (posição do estado em relação à produção nacional; diretrizes a serem tomadas em função da posição geográfica do estado);
>
> 2-Geografia industrial (levantamento de uma carta geoeconômica estadual);
>
> 3-Agricultura industrial (tipos de cereais e grãos a serem produzidos com vistas à industrialização);
>
> 4-Levantamento da realidade econômico-social do Espírito Santo (ALMEIDA, 2010, p. 404).

O Conselho Técnico[9] produziu um mapeamento da realidade socioeconômica do estado. Por causa disso, a FINDES, articulada à Confederação Nacional das Indústrias[10] (CNI) e também ao governo estadual, propôs o seminário pró-desenvolvimento,[11] que ocorreria em

---

[9]Numa das reuniões, o governador informou que a administração estadual trabalhava para expandir a planta industrial do Estado, visando a facilitar a instalação de novos empreendimentos. O esforço maior era voltado para empresas de capital estrangeiro, ou fundadas por imigrantes, que já estavam se espalhando por todo o País. (GURGEL, Antônio de Paula. **Dr. Carlos**: Um homem do campo e sua relação com o poder. Vitória: Contexto e Jornalismo & Assessoria, 2000, p 193).

[10]Manchete do jornal A Gazeta: Conselho técnico da Federação das Indústrias com a presença de (Jacy Magalhães e outros técnicos) reunir-se-á amanhã para importantes debates: Técnicos Pedro Pedrini e Cláudio Gaspar falarão sobre levantamento socioeconômico Estado ("Conselho Técnico da Federação das Indústrias na presença de Jacy Magalhães e outros técnicos reunir-se-á amanhã para importantes debates. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 1set. 1959").

[11]C.f. ALMEIDA, A. Op.cit., p. 405, nota 2. Conforme o autor: Em fevereiro de 1960, foi realizado o Seminário Pró-Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, contando com a participação da Federação do Comércio

fevereiro de 1960. Do seminário, derivou a criação do Grupo de Trabalho do seminário pró-desenvolvimento econômico do Espírito Santo,[12] assinada, no dia 19 de outubro de 1960, pelo governador Carlos Lindenberg. Essa criação procedeu de uma ação conjunta do Estado e dos empresários locais. O mencionado Grupo de Trabalho tinha por objetivos promover estudos para ativar o desenvolvimento econômico do estado. Também era sua finalidade examinar e oferecer sugestões aos projetos governamentais a serem enviados ao legislativo, visando, principalmente, à concessão de vantagens às indústrias. Os membros do Grupo de Trabalho foram divididos em subgrupos para estudar, entre outros assuntos: a criação de um conselho de desenvolvimento econômico; a criação de uma caixa econômica estadual; e a formação de uma carteira agrícola com vistas a incentivar, pelo crédito, atividades econômicas que criassem e acelerassem o desenvolvimento[13].

De outro lado, as forças políticas passaram a perceber o descompasso do desenvolvimento estadual com o do centro-sul. As lideranças políticas, coligadas às forças empresariais, lutaram pela modernização capitalista como forma de *estratégia de sobrevivência* do estado. No discurso feito por Carlos Lindenberg: "[...] Para 'acelerar o desenvolvimento do estado', já que 'a luta é de sobrevivência e estagnar não significa, hoje, estacionar, senão mesmo perecer, cumpre-nos desenvolver para sobreviver' (ALMEIDA, 2010, p. 404). Outro discurso seria proferido com a mesma tonalidade:

> [...] 'O subdesenvolvimento gera o subdesenvolvimento, em espiral descendente, enquanto o desenvolvimento gera o desenvolvimento, e em espiral ascendente'. Estagnar, portanto, não significa, nos dias que correm, estacionar, senão, mesmo, parecer. Cumpre-nos, assim 'desenvolver para sobreviver' [14].

O resultado do Grupo de Trabalho foi a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico[15] (CODEC), que teve grande movimentação política da FINDES. O objetivo do

---

(fundada em 1954) e da Federação das Indústrias (fundada em 1958), bem como do Serviço Social Rural (criado em 1951 para atender aos projetos sociais do governo federal na área rural).

12 Grupo de Trabalho do Seminário Pró-Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo foi criado em outubro de 1960. Essa criação resultou de uma ação conjunta do Estado e dos empresários locais para estudar os assuntos ligados ao desenvolvimento do estado do Espírito Santo.

13 FINDES (Brasil). *A Federação das Indústrias e o desenvolvimento,* 1ª edição. Vitória, 1998, p. 37.

14 ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960, caixa 628.

15 Jânio Quadros felicitou Lindenberg pela instalação do CODEC: O presidente da República enviou telegrama ao governador do Estado felicitando-o pela criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, considerando a iniciativa como "inspiradora nos princípios que visam ao engrandecimento da Pátria comum". "Agradeço o

CODEC era ser um órgão consultivo e orientador do poder executivo para as questões relativas à economia estadual. Era diretamente vinculado ao governador do Estado, mas com autonomia administrativa, financeira e personalidade jurídica. Eram de competência do Conselho:

> [...] os estudos e providências necessários à coordenação da política econômica do Estado, particularmente no tocante ao seu desenvolvimento econômico, a elaboração de planos e programas tendentes a aumentar a eficiência das atividades governamentais e fomento das mais convenientes ao desenvolvimento do Estado. E também formular sugestões ao governador sobre oportunidade de adoção de medidas legislativas sobre a economia e finanças [...] [16].

Vale lembrar que havia projetos do governo Carlos Lindenberg para incentivar a industrialização, como a lei n° 1681, que visava à isenção de impostos para as indústrias que viessem a se instalar, ou que já estivessem instaladas no estado Espírito Santo[17].

A mudança de postura das elites do estado do Espírito Santo ficaria em evidência na luta em torno da transferência da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para Vitória. O saldo desse conflito foi a decisão de Jânio Quadros pela transferência da sede da CVRD para Vitória, e a indicação de Eliezer Batista para a presidência da companhia[18].

As ações de Carlos Lindenberg[19] para organizar o desenvolvimento capitalista no Espírito Santo também foram manifestadas por visitas, como:

---

telegrama - diz o despacho referente à instalação Conselho de Desenvolvimento Econômico, congratulando-me vossência [sic] pela iniciativa, inspirada nos princípios que visam ao engrandecimento da Pátria comum. Cordiais Sudações Jânio Quadros - Presidente da República" ("Jânio felicita Lindenberg pela instalação do CODEC. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 2 ago. 1961").

16 FINDES (Brasil). *A Federação das Indústrias e o desenvolvimento,* 1ª edição. Vitória, 1998, p. 40.

17 ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1962, caixa 649.

18 Lindenberg agradece a Jânio mudança da CVRD: Exmo. Sr Dr. Jânio Quadros, digníssimo presidente da República - Brasília - DF- Meu próprio nome e também o nome povo do Espírito Santo congratulo-me Vossa Excelência acertada decisão localizar sede Cia Vale do Rio Doce nesta capital pt Esse até confirmou mais uma vez elevado propósito anima vossa Excelência satisfazer problemas nacionais acima quaisquer outros interesses. pt inegavelmente deliberação vossa excelência exprime manifestação grande maioria técnicos vg autoridade e estudiosos se têm ocupado tão relevante assunto pt. Atenciosas saudações Carlos Lindenberg, Governador do Estado ("Lindenberg agradece a Jânio mudança da CVRD. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 7 abr. 1961").

19 C.f. ALMEIDA, A. Op.cit., p.405-406, nota 2. Vários projetos foram examinados em Punta del Este, no Uruguai, durante a conferência da Aliança para o progresso, programa do governo norte-americano lançado pelo presidente John Kennedy. O Espírito Santo foi o primeiro estado brasileiro a receber recursos internacionais – no caso, Cr$ 600 milhões para criação da Carteira de Crédito Agrícola no Banco do Espírito Santo e Cr$ 2 bilhões e 300 milhões para construção da Usina Hidrelétrica de Suíça. Carlos rememora: — Pedro Merçon, na Secretaria da Agricultura, fomentou várias culturas, como cereais e essas coisas todas, e depois eu mandei que ele estudasse a fundação da Carteira de Crédito Agrícola do Espírito Santo, e a Comissão da Codec apresentou o projeto na conferência de Punta del Este. Com isso injetamos os recursos recebidos na Carteira, recursos que, aliás, foram

> [...] O presidente Kubitschek esteve no Espírito Santo para a inauguração da Escola de Aprendizes Marinheiros em Vila Velha, da estrada asfaltada Vitória a Guarapari e para uma visita às usinas de Rio Bonito e Suíça. Em visita ao estado, o embaixador do Japão, Yoshiro Ando, propôs um convênio com a Pacific Consultants do Brasil para a promoção da rizicultura nos vales úmidos capixabas, entre eles o vale do Orobó. O embaixador dos Estados Unidos, John Moors Cabot[20], também visitou Vitória, assim como o embaixador da República Federal Alemã, Herbert Dittmann, elogiando as condições que o estado oferecia ao incremento de atividades industriais. Dittmann visitou, a seguir, os municípios de colonização alemã (ALMEIDA, 2010, p. 408).

O Plano de Metas implantado pelo governo Juscelino Kubistchek (1955-1960) complementou o processo de desenvolvimento do Espírito Santo. O financiamento obtido por Carlos Lindenberg foi direcionado ao projeto de expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória, o que aumentaria a produção anual da empresa. Também houve investimentos na área de transporte rodoviário e de aparelhamento portuário. Por outro lado, investiu-se no setor agrícola, isto é, em assistência técnica voltada para cacauicultura (SILVA, 1986, p. 366-367). Não é difícil entender que os novos investimentos afetavam diretamente as elites cafeeiras, precipuamente por causa da crise do café. Mesmo com a união entre essas elites e as elites cafeeiras de outros estados, elas não conseguiram impor mudanças do impacto da crise sobre o café (SILVA, 1986, p. 368).

Juscelino Kubistchek, em visita ao Espírito Santo, inaugurou diversas obras, dentre elas: a Usina Hidrelétrica de Rio Bonito e a BR-5, ou seja, mais 2.000 quilômetros de estradas asfaltadas. Em discurso, Lindenberg afirmou a Juscelino Kubistchek: "[...] V. Exa. deu ao Brasil o impulso de que ele necessitava [...]" [21]. Por fim, o governador lutou pela federalização da Universidade do Espírito Santo. Outro importante projeto de Carlos Lindenberg foi a construção das rodovias Cachoeiro-Alegre-Guaçuí e Barra de São Francisco-Colatina[22]. A abertura dessas estradas era vista como uma forma de desenvolvimento

---

pagos em parcelas. O crédito agrícola é muito interessante. Nós o tínhamos aqui desde 1937, mas um lavrador que queria um empréstimo tinha que preencher promissórias endossadas, arranjar dois ou três avalistas. Quer dizer, era um crédito comercial como outro qualquer; nunca tinham feito crédito agrícola nenhum. E eu estava com aquilo na cabeça, não gostava daquela história. Queria fazer uma carteira de crédito agrícola mesmo, arranjar empréstimo de juros menores e de prazo maior. E insistia sempre com os diretores do banco, mas, quando eu falava nisso, José Valls ia logo metendo a mão no bolso, tirava um lenço e começava a chorar, mas chorava lágrimas mesmo, com medo de quebrar o banco. Até que afinal veio essa oportunidade e eu consegui. No final do ano perguntei a Valls, que achava que o agricultor não tinha responsabilidade para cumprir suas obrigações com o banco: Me diga [sic] uma coisa, quantos lavradores deixaram de pagar?. Ele respondeu: Doutor Carlos, nenhum. Alguns até pagaram adiantado.

20 "Moors Cabot exorta brasileiros à comunhão desenvolvimentista. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 17 set. 1960".

21 "V. Exa. deu ao Brasil o impulso de que ele necessitava: Lindenberg ao Presidente Kubitscheck. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 30 nov. 1960".

22 A pavimentação dos trechos Cachoeiro - Guaçuí e Colatina- Barra de São Francisco constitui empreendimento de alta expressão para zonas importantíssimas de nosso Estado e dará ao espinhaço rodoviário do Espírito Santo,

econômico, uma vez que o escoamento da produção, sobretudo a das áreas rurais, tinha como destino as rodovias estaduais.

O governo de Lindenberg também tentou trazer auxílio financeiro de grandes capitais estrangeiros, por meio dos órgãos internacionais, como Banco Interamericano de Desenvolvimento. Chegou a solicitar quase oito bilhões de cruzeiros para aplicar na energia elétrica, pavimentação de rodovia, estradas pioneiras, abastecimento de água, crédito agrícola, construção de prédios escolares rurais, construção de casas populares e armazéns e silos[23].

As ações do governo Carlos Lindenberg também se dirigiram para o setor agrícola, por causa da erradicação do café, iniciada pelo governo federal. Essa erradicação provocou uma grave crise socioeconômica no campo, porque implicou a migração das populações rurais para a cidade, e, por conseguinte, o empobrecimento daquelas populações.

Em 4 de setembro de 1959, Lindenberg enviou à Assembleia Legislativa uma proposta de aplicação da taxa de defesa e assistência à cafeicultura. Dessa maneira, a Secretaria da Agricultura desempenharia as seguintes atividades: 1- trabalhos de pesquisa e experimentação em café; 2-multiplicação e distribuição de variedades selecionadas; 3- trabalhos de conservação do solo, desmatamento e destoca e construção de cerreiros[24]. O governo estadual, para melhorar a situação da agricultura, implantou as patrulhas mecanizadas, que obedeciam a um programa racional, elaborado pela Secretaria de Agricultura. A própria secretaria passou a treinar o pessoal que atuaria nessas patrulhas mecanizadas[25].

A situação da cafeicultura[26] era gravíssima. Segundo o jornal A Gazeta, ela não recebia

---

uma estrutura moderna. Essa declaração foi prestada pelo Sr. Américo Buaiz, presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo ao responder a uma série de perguntas em torno da política econômica. Sobre o questionamento da política econômica do Governador Carlos Lindenberg, disse: - Forçoso é reconhecer que a preocupação primeira do atual governo foi efetuar uma política de saneamento financeiro, ajustando a máquina administrativa a um relativo equilíbrio entre sua despesa e receita. Para tanto, e no intuito de restaurar e normalizar seu crédito, cerceou, forçadamente, as despesas, adotando medidas de compressão nos gastos públicos, mesmo com a supressão de um programa administrativo à base de realizações e obras. Buscou, ainda, na revisão dos índices de tributação e coberturas julgada imprescindível para o estabelecimento daquele equilíbrio. Ocorreu, consequentemente, um equacionamento de ordem financeira atuando, digamos assim, como medida preparatória para a adoção de uma política econômica mais objetiva. (“Opina o Presidente da Federação das Indústrias: Pavimentação a ser feita por Lindenberg é empreendimento da mais alta importância. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 15 jan. 1961”).

23 “Para desenvolvimento e combate ao pauperismo Governo do Estado solicita auxílio financeiro. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 21 jun. 1961”.

24 “Governo propõe medida de alto interesse da lavoura. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 4 set. 1959”.

25 “Prontas para funcionamento as patrulhas mecanizadas. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 16 set. 1959”.

26 Em mensagem enviada a Assembleia Legislativa, Carlos Lindenberg relata: “[...] Acreditamos que prevalecendo os preços atuais e considerando o baixo rendimento das lavouras do Estado, a maioria dos cafeicultores tenderá para o empobrecimento gradativo com as conseqüências [sic] inevitáveis do deslocamento da mão-de-obra e diminuição do valor da produção do meio rural, ainda sustentáculo da economia [...]”. ESPÍRITO SANTO. (Estado) Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia**

a devida assistência do governo federal, mesmo sendo o sustentáculo da economia estadual. O programa de renovação das lavouras, elaborado pelo IBC, ao que parece, desfavorecia o estado do Espírito Santo. Além disso, o jornal relatava que a situação de pobreza da população rural era consequência da crise do café. Portanto, aquela população ainda não tinha sido contemplada com os benefícios do progresso e da civilização, permanecendo em más condições de habitação, alimentação e saúde[27].

Por várias vezes, Lindenberg enviou ofícios ao IBC e ao executivo federal, relatando a forma desfavorável como o Espírito Santo era tratado por causa da qualidade de seus pés de café, como segue abaixo:

> [...] Infelizmente, o critério diferente foi seguido pelo IBC, não distribuir, entre os Estado brasileiros cafeicultores, o sacrifício aceito pelo nosso País através do acordo internacional firmado. Foi estabelecida, pelo regulamento de embarques, uma quota de 40%, para retirada do mercado, do café produzido no território nacional, deixando o IBC, de levar em conta a desigualdade gritante da contribuição de cada Estado para o excesso da produção brasileira.
>
> Com esse tratamento indiscriminado e injusto não constituísse castigo suficiente para aqueles Estados de produção estável ou onde ela fosse de crescimento lento – como é o caso do Espírito Santo – vieram os mesmos a ser, ainda sacrificados com a diferente de preços de compra [sic] estabelecido pelo IBC, para a cota destinada ao consumo interno. Assim é que Estados como Paraná e São Paulo tiveram o preço de saca fixado em Cr$ 1.600,00, enquanto o Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco pouca ou quase nenhuma responsabilidade no aumento da produção brasileira, o tiveram fixado em Cr$ 1.200,00.
>
> As rendas públicas do Estado do Espírito Santo têm no café sua maior fonte de recursos orçamentários estando as crises do erário estadual estreitamente vinculadas às oscilações das safras e à política cafeeira estabelecida pelo Instituto Brasileiro do Café [...] [28].

O governo do Estado agiu de outra forma para conter os problemas do campo: além da assistência à agricultura visando à modernização da área rural, a administração pública também buscou diversificar a produção por meio do cacau. A fim de implementar tal projeto, foi necessário um programa de créditos. Para isso, o governo utilizou-se da CEPLAC e do Projeto 21[29]. O crédito foi financiado pelo IBC[30] e pelo Banco do Brasil[31]. O resultado foi a

---

Legislativa do Estado em 15 de março de 1959 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo. Vitória, [s.n] 1959, p. 43.

27 "O governo e a situação da cafeicultura. ***A Gazeta***, Vitória, p.01. 11 set. 1959".

28 ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa 624.

29 O projeto 21, inteiramente voltado para a cacauicultura, atuou na área de assistência técnica e de concessão de crédito orientado. Sua execução efetivou-se em cooperação com o Escritório Técnico da Agricultura – ETA

compra de 38 máquinas agrícolas (tratores, guinchos, Enleiradeiras, Allins Chalmers lâminas, caçambas, e retroescavadeiras) [32].

Com o propósito de melhorar a situação da área rural no Espírito Santo, o governador Carlos Lindenberg requereu estudos sociológicos[33] para a área. Esses estudos tiveram a parceria do Serviço Social Rural (Conselho Regional do Espírito Santo) e da Sociedade de Pesquisa e Planejamento (SPLAN), em colaboração com o governo do Estado, tendo como objetivo fornecer elementos indispensáveis ao planejamento de programas especiais de trabalho na zona rural espírito-santense. Os estudos prosseguiram, abrangendo elementos socioeconômicos, como os aspectos: doméstico, residencial, escolar, familiar, sanitário, cultural, social, municipal e cívico. Conforme o Jornal A Gazeta, de 11 de janeiro de 1961, além de o estudo fornecer os elementos necessários para o Serviço Social Rural (SSR), contribuía para melhor atuação e planejamento do governo estadual e outras instituições. Inegavelmente, Carlos Lindenberg procurava ampliar a racionalização dos investimentos públicos no setor rural[34]. Por outro lado, em um discurso na assinatura do convênio entre a SUPLAN e o SSR, Lindenberg aponta que o estudo tem também por finalidade atrair os investimentos privados:

> [...] Ação que representa antes de mais nada, uma conjunção ordenada de esforços, recursos e atividades, oriundas dos poderes públicos estaduais e federais, no sentido de eliminar os fatores de estrangulamento da economia impeditivos do desenvolvimento, possibilitando a fixação dos capitais privados e atraindo novos[35].

O governo Carlos Lindenberg procurou melhorar a situação da crise do café que se abatia sobre o Espírito Santo. Por essa razão, houve diversos encontros entre o governo

---

(Ministério da Agricultura) e a CEPLAC que forneceu recursos financeiros (SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: Estado, interesse e poder. 2 v. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986, p. 367).

[30] “IBC financiará os cafeicultores para renovação de suas lavouras. ***A Gazeta***, Vitória, p. 01, 8 dez. 1959”.

[31] “Agricultura inicia movimento para inscrição de agricultores no BB (renovação das lavouras). ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 10 dez. 1959”.

[32] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1960 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, [s.n] 1960, p. 137.

[33] Estavam à frente desse estudo os sociólogos: Paulo César Botelha Junqueira, Alexis Stepaneko e José Arthur Rios (“Sociólogos realizam estudos do nosso meio rural com a colaboração do Governo. ***A Gazeta***, Vitória, p.05, 11 jan. 1961”).

[34] “Sociólogos realizam estudos do nosso meio rural com a colaboração do governo. ***A Gazeta***, Vitória, p.05, 11 jan. 1961”.

[35] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedias pelo governado do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa 626.

estadual e o governo federal, em especial nas administrações dos presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Entre os pedidos do chefe do executivo estadual, estavam: ampliação do crédito agrícola; assistência aos agricultores; e a proposta da participação de um representante do estado do Espírito Santo na diretoria do IBC. Por fim, para sanar os efeitos da erradicação dos pés de café de baixa qualidade, o governo estadual entrou em negociação com o IBC, propondo diversas saídas para a crise, como segue um ofício enviado a Sérgio Frazão, presidente do IBC, pelo governador Carlos Lindenberg:

> [...] Senhor presidente,
>
> De início, devo informar a Vossa Excelência que o meu governo tem se empenhado, na medida do possível, no sentido de ser melhorada a qualidade do café produzido no Estado.
>
> Somente no ano de 1960, com recursos do Estado, mais de 200 cafeicultores obtiveram financiamento para racionalização de suas lavouras e foram distribuídos 250 despolpadores pelos postos de revenda da Secretaria de Agricultura.
>
> Há algum tempo, chegou ao meu conhecimento que o Instituto Brasileiro do Café teria autorizado a aquisição, por sua conta, de cafés despolpados de todos os Estados produtores, exceto o Espírito Santo.
>
> Diante do real propósito do meu governo em contribuir para a melhoria da qualidade do café produzido neste Estado, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos a respeito dessa notícia e, na hipótese de sua veracidade, para que não se consuma tão iníqua medida, já que não se justifica tal exclusão.
>
> A divulgação dessa desagradável notícia, com justas razões, provocou generalizado desânimo no seio dos cafeicultores capixabas; produtores de café despolpado, pois não estão eles encontrando preço compensador para o produto [...] [36].

Outro ofício importante foi enviado, pelo governador, ao presidente João Goulart, em 16 de maio de 1962, no qual havia explicação sobre a situação do Espírito Santo diante da crise:

> [...] Senhor presidente;
>
> Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência visando obter a solução adequada para a grave situação que se vislumbra para a lavoura cafeeira do Espírito Santo e, consequentemente, para a economia espírito-santense, se não for dada a devida atenção ao dramático apelo que formulam as classes rurais de nosso estado.

[36] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedias pelo governado do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa 644.

> Nesta difícil conjuntura, Senhor Presidente, quando, a despeito dos ingentes esforços que empreendemos somos surpreendidos, a cada instante, com o crescimento, e a agravação de problemas administrativos – que evoluem no sentido da desagregação social, com implicações as mais imprevistas, parece-me azado ir ao encontro de Vossa Excelência para pleitear, em consonância com os cafeicultores, todo o apoio do primeiro magistrado para que sejam atendidas as suas reivindicações constantes do memorial, anexo, já que constituem elas pontos de interesse vital para a vida social do Espírito Santo [...] [37].

Os recursos trazidos pelo *Programa Aliança para o Progresso*[38] foram fundamentais para a agricultura. Foram trazidos em torno de 600 milhões de cruzeiros para toda a agricultura capixaba[39]. Mesmo assim, a previsão do governo federal era erradicar em torno de um bilhão de pés de café, em 1962, dos quais a metade estava no estado. Dessa forma, os recursos apenas ajudaram a amenizar temporariamente o problema.

Por outro lado, o retorno de Lacerda de Aguiar ao governo do Estado (1963-1966), implicou ações políticas mais flexíveis de articulação do poder executivo em relação às massas populares. As negociações para a formação do quadro de dirigentes acarretou que cada partido indicasse pelo menos um secretário. Apesar de o Estado manter as características patrimoniais, podemos afirmar que ele não era o mesmo na composição dos órgãos, porque os seus antecessores, Carlos Lindenberg e Asdrúbal Soares, criaram o CODEC, e as Secretarias da Indústria e Comércio, e a Saúde e Assistência. Tais órgãos eram resultantes das lutas das forças industriais ligadas a FINDES (SILVA, 1986, p. 408).

O PSD, que fora derrotado nas eleições de 1962, reuniu-se a fim de modificar seus métodos políticos. O partido decidiu manter-se em uma postura de uma "*oposição vigilante e severa ao governo, sem que represente oposição ao Espírito Santo*" [40]. As lideranças do PSD, como Carlos Lindenberg, defendiam ideais reformadores em termos de programa para o Espírito Santo, dizendo que o PSD deveria dinamizar, no âmbito nacional, seus ideais de

---

37 ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: ofícios expedidos pelo Governado do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1962, caixa: 645.

38 A filosofia do BID pode ser resumida na seguinte citação do discurso do Sr. Felipe Herrera, seu presidente, em Punta del Este: "Esta é uma época de revolução popular e nacional. A Aliança para o progresso só teria sentido na América Latina se obtiver o apoio das grandes massas operárias e camponesas, a confiança das classes média e empresárias e o apoio dos intelectuais e dos técnicos [ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governado do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa 642].

39 "Atendida a solicitação do governador Lindenberg: BID proporcionará mais 600 milhões de cruzeiros para agricultura capixaba. ***A Gazeta***, Vitória, p.09, 26 jan. 1962".

40 "Pessedistas aprovaram ontem irredutível união e dinâmica para que agremiação progrida. ***A Gazeta***, Vitória, p.03, 20 jan. 1963".

progresso social, e estabelecer outras diretrizes, paralelas às que já defende, em prol de novas conquistas no campo social[41].

Lacerda de Aguiar conviveu com uma conjuntura política na qual João Goulart reorientava a política brasileira no sentido de beneficiar as massas populares. Apesar de o governador não se identificar com as correntes de pensamento presentes no governo João Goulart[42], conviveu habilmente com elas. Também aquelas correntes eram parte das forças representadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que havia ajudado a elegê-lo. Por causa disso, o governador direcionou suas diretrizes governamentais[43] para a área rural, principalmente para os pequenos proprietários rurais, que sofriam com a crise do café, dando um alcance social a esse problema (SILVA, 1986, p. 415).

As políticas formuladas em plano estadual no governo Lacerda de Aguiar, de certa forma, beneficiaram tanto os interesses das massas populares, quanto os interesses das elites tradicionais. Entretanto, ressaltamos que as elites estavam presentes no corpo burocrático da administração pública, por isso o governo decidiu também minimizar os efeitos da crise da cafeicultura, iniciada em 1955.

Em discurso, o executivo estadual definiu algumas diretrizes de seu governo: 1 – Industrializar o Estado, pois já iniciara entendimentos com capitães de indústrias de outros estados e com o presidente João Goulart; 2- Aumentar a produção agrícola, inclusive com reforma agrária (acesso de todos a terra); 3- Aumentar o potencial hidrelétrico do Estado. Para tanto, já entrara em entendimentos com o Ministro Eliezer Batista[44].

---

41 "Pessedistas aprovaram ontem irredutível união e dinâmica para que agremiação progrida. ***A Gazeta***, Vitória, p.03, 20 jan. 1963".

42 Discurso de Francisco Lacerda de Aguiar: "estejamos preparados para sacrifícios que nos exigirão as reformas de base" ("Novo governador do Estado tomou posse ontem e expôs as suas metas de trabalho. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 1 fev.1963").

43 Mensagem de posse na Assembleia Legislativa: [...] Estou perfeitamente capacitado [sic] de que não são otimistas as perspectivas que envolvem o período governamental que hoje se inicia. Sofre o Espírito Santo, com mais acentuada incidência, pelas peculiaridades de suas bases econômicas as dificuldades que, dia-a-dia, agravam a situação nacional. Ingressaremos agora, após a reformulação institucional do País, numa fase de profundas reformas de base que, por certo, exigirão novos e pesados sacrifícios do povo, (...). Devemos estar preparados para dar nossa cota de contribuição e sacrifício cívico em favor da sagrada causa da Pátria que desejamos ver forte, progressista, respeitada e economicamente independente. Venho animado dos mais sadios propósitos de dar ao Espírito Santo um governo de paz e prosperidade (...). Pretendo dar destaque ao programa que objetiva o incremento da produção agrícola, através de providências recomendadas pela técnica moderna, bem como, pela adoção de uma política agrária de alto alcance social e cristão, possibilitando, aos que desejam realmente produzir, o acesso à terra e aos meios de produção. O aumento do nosso potencial hidroelétrico, bem assim, a vinda de energia de outras fontes, pertencentes ao esquema energético do País é assunto que já merece a minha atenção e se acha praticamente esquematizado [...] (SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo*: Estado, interesse e poder. 2 v. Rio de Janeiro :Fundação Getúlio Vargas, 1986, p. 415).

44 "Novo governador do Estado tomou posse ontem e expôs as suas metas de trabalho. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 1 fev. 1963".

No primeiro ano do governo Lacerda de Aguiar, houve intensas lutas interpartidárias entre os partidos que compunham a Coligação Democrática, em virtude dos partidos políticos apresentarem uma heterogeneidade social e ideológica. Não havia, entre eles, um projeto político comum, logo cada secretaria seguiu seu próprio projeto. Entre os partidos menos beneficiados estavam o PRP e PSP que "[...] sobraram na composição do secretariado de Lacerda de Aguiar [...]" [45]. A fragmentação partidária era tão evidente que o jornal A Gazeta, de 4 de julho de 1963, relatava: "[...] A coligação impõe: terá o governador que fazer tudo quanto os partidos pretenderem e ordenarem [...]" [46]. A Coligação Democrática exigia que cada partido tivesse o direito de indicar um secretário de Estado e os cargos de suas secretarias, portanto cada partido poderia desenvolver um poder centralizado em uma secretaria. Sem dúvida, essa fragmentação implicou lutas internas pela indicação aos cargos públicos, tanto entre os próprios partidos, como entre o governador e os partidos, como se vê no ofício que segue, enviado em 20 de abril de 1965 pelo governador Francisco Lacerda de Aguiar:

> [...] Prezado amigo,
>
> Visitando-o atenciosa e cordialmente, desejo informa-lhe que li com a máxima atenção a sua carta em que faz algumas ponderações como o eminente amigo sabe a secretaria à qual estão afetos os assuntos de que trata sua minuta-partidária, ao PTB a cuja providência cabe deliberar sobre nomeações e toda a atividade que compete à pasta, razão pela qual todos os atos são dirigidas ao PTB e emanados dele. Entretanto, solicitaria [sic] ao ilustre amigo ter um entendimento direito com o presidente do partido encaminhando o assunto e procurando solucioná-lo de comum acordo, satisfazendo a ambas as partes.
>
> Creio que ficaria satisfeito também se fosse encontrado um denominador comum para o problema que me expõe, para a solução do qual só encontro viabilidade através de um contato com a direção do PTB.
>
> Sei que o amigo com facilidade de apreensão de que é dotado, compreenderá a importância da não transgressão de acordos e compromissos do governo com os partidos integrantes da Coligação Democrática [...] [47].

As lutas começariam desde o início, pois o PSP pressionaria a saída de Nilo Cunha, indicado pelo governador, para a entrada de Emir Macedo por indicação do PSP; caso a aceitação da indicação não ocorresse, o PSP deixaria o governo.

45 "PSP e PRP sobraram na composição do secretariado Aguiar. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 8 jan. 1963".
46 "Coligação impõe: terá o governador que fazer tudo quanto os partidos pretenderem e ordenarem. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 4 jun. 1963".
47 ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos e recebidos governado do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 678.

A União Democrática Nacional (UDN), por sua vez, fez uma pressão por mais espaço na composição do quadro administrativo. Hélsio Cordeiro, em notícia veiculada pelo jornal A Gazeta, de 10 de julho de 1963, afirma: "[...] três estão demissionários, os outros, o governador vai exonerar [...]" [48]. A principal reclamação de Hélsio Cordeiro em relação ao governo seria a falta de articulação entre as secretarias, já que algumas seriam beneficiadas e outras não. Assim, havia dois lados interessados em aumentar o espaço no governo estadual. Primeiro, a UDN, que tentava de todas as formas aumentar seu prestígio político, e espaço no quadro de dirigentes pela pressão pública. De outro lado, Lacerda de Aguiar, que também buscava ampliar sua influência nas decisões públicas, sobretudo na indicação dos cargos públicos. Tal luta levaria ao afastamento da UDN da direção administrativa do Estado, e à ampliação do poder do governador. A fragmentação partidária ficou muito clara no episódio de um ofício enviado pelo governador ao prefeito José Scardini em 4 de março de 1964:

> [...] Ilustre prefeito!
>
> Tendo em mãos sua prezada carta de 16 do corrente, desejo esclarecer ao ilustre prefeito que, de acordo com o protocolo assinado pelos presidentes dos partidos que formam a Coligação Democrática, os cargos de delegado policial devem ficar com a UDN, assim como, as secretarias de Saúde, Viação e DER com o PTB.
>
> Assim sendo, a nomeação do delegado de Nova Venécia atendeu simplesmente à designação udenista.
>
> Esclareço, ainda que dito protocolo foi assinado e trazido ao governo pelos senhores Rubens Rangel, Eurico Rezende, Raul Gilbert, e Oswaldo Zanelo[49].

O executivo estadual, sem dúvida, procurava aumentar seu espaço de controle político sobre a administração estadual, porque havia uma relação partidária extensa e complexa voltada para os interesses particulares. Essas lutas interpartidárias pelas secretarias, como também a luta contra as decisões do governador tinham como finalidade a fragmentação do poder – haja vista que cada partido levava as secretarias de acordo com seu próprio projeto político –, além do fortalecimento do clientelismo e patrimonialismo nos órgãos dirigentes.

As novas nomeações a cargos públicos, feitas pelo então governador, impactaram com os interesses políticos dos partidos coligados, que também almejavam nomear funcionários de

[48] "Hélsio: três estão demissionários os outros governador vai exonerar. ***A Gazeta***. Vitória, p.01, 10 jul. 1963".
[49] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa: 662.

seu próprio interesse. Nilo Cunha, que se incompatibilizou com as ações patrimonialistas, deixou a pasta da educação, tanto por pressões do PSP, como também por pressões do governador, que o havia indicado. Segundo a reportagem do jornal A Gazeta, de 8 de agosto de 1963, "[...] O ex-secretário se viu obrigado a lotar nas escolas públicas mais de 600 auxiliares de diretores, atendendo aos pedidos do Sr. Lacerda de Aguiar, ou que eram levados e exigidos ao governador pelos políticos [...]". Em outro parágrafo do jornal, disse o governador a Setembrino Pelissari: "[...] - Esse seu secretário não atende os meus pedidos [...]" [50]. De certo modo, o poder do governador também se inseria na disputa por nomeações a cargos públicos. Por isso, o episódio abaixo deixa claro que o executivo estadual disputava indicações com os partidos:

> [...] Naquela ocasião o Governo Lacerda de Aguiar exigia do Secretário de Educação a exoneração de dois professores do ensino médio legalmente habilitados perante a inspetoria seccional do Ministério da Educação, e nomeação em lugar deles de duas moças sem condições legais e técnicas para o exercício da função [...] [51].

Em conclusão, as lutas políticas evidenciam as defesas de interesses pessoais e partidários acima dos interesses públicos.

[50] "Agravou-se a crise permanente da administração estadual: Nilo Cunha deixa a pasta da Educação. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 8 ago. 1963".
[51] "Agravou-se a crise permanente da administração estadual: Nilo Cunha deixa a pasta da Educação. ***A Gazeta***, Vitória, p.01, 8 ago. 1963".

QUADRO 2. ESPÍRITO SANTO: ADMINISTRAÇÃO FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR (1963-1966) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DIRIGENTES DO GOVERNO.						
Órgão do Aparelho do Estado	Nome do Titular	Período de permanência		N°Aprox. de meses	Partido e/ou força política que indicou ou apoiou a indicação	Observações
		Entrada	Saída			
Secretaria do Governo	José Alexandre Buaiz	fev/63	set/63	8	PTB	Industrial, político, deputado estadual: PTB (1955/58), com a criação da secretaria sem Pasta, foi indicado para dirigi-la.
	José Benjamim Costa	out/63	fev/66	29	PTB	Advogado, membro do Serviço Jurídico do ES.
Secretaria do Interior e Justiça	Dr. Eliseu Lofego	fev/63	jun/64	17	UDN	Advogado, professor do Liceu de Cachoeiro de Itapemirim, foi nomeado para o Tribunal de Contas do Estado.
	Dr. Aylton Rocha Bermudes	jul/64	fev/66	20	Governador	Advogado, professor. Representante do Cachoeiro de Itapemirim ligado às hostes udenistas. Posteriormente, em virtude das pressões políticas culminaram com a renúncia de Lacerda de Aguiar ao governo. Aylton Bermudes atuou em defesa de Lacerda de Aguiar perante o IPM, então instaurado.
Secretaria da Fazenda	Lycurgo Vieira Resende	fev/63	jan/65	23	UDN	Advogado, Tabelião de 2° ofício, ligado as hostes udenistas.
	Áureo Vieira Rezende	fev/65	jul/65	6	Governador	Burocrata, antigo funcionário do órgão.
	Hugo Novaes	ago/65	fev/66	7	UDN	Advogado, funcionário do Ministério da Fazenda: indicado pela UDN, PSD através do jornal A gazeta apoiou a indicação.
Secretaria de Educação e Cultura	Pedro Estelita Herkenhoff	fev/63	fev/63		Governador com apoio do clero	Engenheiro, faleceu por acidente automobilístico ocorrido nas vésperas da posse; indicado pelo bispo de Cachoeiro de Itapemirim.

	Dr. Nilo Martins Cunha	fev/63	ago/63	8	Governador	Advogado, professor universitário (UFES), renunciou ao cargo, incompatibilizou-se com a Coligação Democrática e com a forma de gestão de Lacerda de Aguiar.
	Dr. Emir Macedo Gomes	ago/63	fev/66	30	PSP	Médico, deputado estadual - PSP (1959-1962) - (1963-1966), representante da região norte (Linhares).
Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização	Virgílio Miranda de Sá Antunes	fev/63	fev/65	36	Governador	Agrônomo

FONTE: SILVA, 1986, p. 413e 414

CONTINUAÇÃO DO QUADRO 2. ESPÍRITO SANTO: ADMINISTRAÇÃO FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR (1963-1966) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DIRIGENTES DO GOVERNO.						
Secretaria de Viação e Obras Públicas	Antônio Alves Duarte	fev/63	set/63	8	PTB	Político, deputado estadual-PTB, indicado pelo vice-governador Rubens Rangel.
	Élio de Almeida Viana	out/63	fev/66	28	PTB	Engenheiro, tecnoburocrata do órgão.
Secretaria de Saúde e Assistência Social	Dr. Luiz Buaiz	fev/63	mar/63	2	PTB	Médico, renunciou, incompatibilizou-se com a Coligação Democrática e com a forma de gestão Lacerda de Aguiar.
	Dr. Renato Araújo Maia	abr/63	jul/63	4	PTB	Médico (Nova Venécia), deputado estadual pelo PTB, indicado pela ala liderada pelo deputado federal - PTB/ES - Ramon de Oliveira Neto, identificada com as correntes de esquerda do partido, suicidou-se em 24/07/63

	Benedito Avelino dos Santos	ago/63	fev/66	31	Governador	
Secretaria de Indústria e Comércio	Dr. Emir Macedo Gomes	fev/63	ago/63	6	PSP	Médico, ex-udenista, deputado estadual pelo PSP (1959/62 e 1963/66), indicado para substituir o Secretário de Educação - Nilo Cunha - que renunciou ao cargo.
	Ulisses Martins Júnior	set/63	fev/66	30	PSP	Advogado, ligado às hostes pessepistas.
Secretaria Sem Pasta (criada pela lei nº 1867 de 19/09/63)	José Alexandre Buaiz	set/63	set/64	12	PTB	Industrial, político, deputado estadual: PTB (1955/58), Movimento militar de 1964 pediu sua exoneração.
	General Humberto Pinheiro de Vasconcelos	set/64	fev/66	17	Militares	Militar
ACARES	Diretor executivo da Acares: Dr. Osmar F. de Magalhães	1963	1966			Engenheiro Agrônomo

FONTE: SILVA, 1986, p. 413.

Em termos gerais, o governo estadual procurou, a princípio, orientar sua política econômica para a área rural, precipuamente por causa da crise do café, iniciada em 1955. Segundo Marta Zorzal e Silva (1986), o programa de ação governamental priorizou: 1- Diversificação da produção agrícola via crédito rural orientado; 2- Estímulo à formação de agroindústrias, como atividade complementar para o setor agropecuário, através da formação de cooperativas de produção; 3- Erradicação do analfabetismo rural através da introdução de novos métodos para a educação rural, e ampliação da rede escolar básica (SILVA, 1986, p. 416).

Em 6 de fevereiro de 1963, o jornal A Gazeta noticiava que o Programa Aliança para o Progresso teria destinado 2 milhões de dólares para a diversificação agrícola no Estado. E um ofício enviado ao presidente João Goulart pelo governador Lacerda de Aguiar confirma a compra de roçadeiras para lavoura pelo Programa Aliança para o Progresso:

> [...] Excelentíssimo Senhor Presidente,
>
> Pelo presente tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o governo do Estado do Espírito Santo apresentou, em data de hoje, à comissão coordenadora da Aliança para o Progresso, um projeto para aquisição de 500 roçadeiras rotativas de procedência norte-americana, dentro do sistema de Aliança para o Progresso, como a primeira parte indispensável da execução do seu plano de fomento da lavoura e pecuária [...] [52].

A posição de Francisco Lacerda de Aguiar em relação ao desenvolvimento capitalista foi direcionar a indústria para o setor agrário. Para isso, foram formulados dois planos de ação: o Plano de Industrialização Rural e o Plano Educacional de Emergência. Do ponto de vista de Marta Zorzal e Silva (1986), na verdade, esses planos se constituíram no coroamento de toda uma política de desenvolvimento agrícola planejada para ser implementada no estado do Espírito Santo. Tais objetivos estavam em consonância com o desenvolvimento socioeconômico, conforme formulado pela Associação de Créditos e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES) (SILVA, 1986, p. 416).

Em mensagem ao presidente João Goulart, Lacerda de Aguiar pede, mais uma vez, condições para implantação da modernização agrícola:

> [...] Excelentíssimo Senhor,
>
> O meu governo enfrenta no momento o tormentoso problema do fomento e amparo a agricultura, setor que está a exigir dos poderes públicos medidas capazes de criar condições para o aumento da produção dentro do princípio de humanização do trabalho e obedecendo ao princípio inarrável das modernas técnicas agrícolas, isto é, a mecanização da agricultura.
>
> Tendo conhecimento de que várias unidades da federação foram já beneficiadas com aquisição de máquinas agrícolas sob o regime de troca de excedentes agrícolas do café com os países com os quais mantemos acordos comerciais, operações essas efetuadas por intermédio do Instituto Brasileiro do Café e devidamente autorizadas pelo governo brasileiro, solicito os bons ofícios de

[52] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Correspondências recebidas e expedidas pelo governador governado do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa: 657.

> Vossa Excelência no sentido de que seja o Estado do Espírito Santo igualmente beneficiado, pelo que solicito ainda seja o referido órgão autorizado a efetuar operações que nos possibilitem a aquisição de 250 tratores que se destinarão à mecanização da lavoura do meu Estado [...] [53].

Lacerda de Aguiar seguiu o plano diretor da ACARES, que, em síntese, buscava a intervenção nas zonas agrícolas, por outras palavras, a diversificação da agricultura. Além disso, esse processo seria culminado com implantação de indústrias que utilizavam matérias-primas agrícolas, sob a forma de cooperativas de produção. Finalmente, vemos que foi o plano diretor da ACARES que constituiu a base de desenvolvimento do governo Lacerda de Aguiar, especialmente o Plano de Industrialização Rural e o Plano Educacional de Emergência.

O Plano de Industrialização Rural se caracterizou pela ampliação de recursos financeiros em créditos orientados e pela aquisição de plantas industriais para que houvesse repasse financiado às cooperativas agrárias. O plano destinou maquinários completos para beneficiamento de cereais, mandioca e seus subprodutos, da ordem de vinte milhões de cruzeiros. Também fomentou a implantação de fábricas de beneficiamentos de óleos vegetais, de doce e de pasta mecânica para a indústria de papel. Ademais, promoveu a exportação de amido, banana semidesidratada, doces, etc, atendendo à demanda do mercado externo e outras unidades da federação, além do maior consumo de nossas populações. De acordo com o boletim informativo do Estado:

> [...] O Plano de Industrialização Rural está sendo realizado sob orientação segura e empenho pessoal do governador Francisco Lacerda de Aguiar, contribuindo deste modo com o estímulo mais importante que poderiam receber as cooperativas organizadas em nosso Estado [...] [54].

Nos anos de 1963 e 1964, foram concluídas a Usina de Laticínios (Itacibá), 10 fábricas de industrialização de mandioca (fabricavam farinha torrada, polvilho, raspa e fécula panificável), e de industrialização do milho. Além disso, foram feitos serviços de reserva,

[53] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa: 662.

[54] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n° 1, outubro, 1963, p.2.

patrulhas mecanizadas (38 máquinas pesadas), serviços de defesa sanitária animal, fábricas de rações, setor de crédito, serviço de assistência ao cooperativismo.

Consoante um ofício enviado, em 1965, ao presidente Castelo Branco, do Plano de Industrialização Rural constaria: 1 fábrica de ração; 1 fábrica de embalagem; 1 abatedouro avícola; 1 conjunto para padronização de cereais e subprodutos de mandioca; 1conjunto para padronização de café; 1 instalações de rádio-comunicação; 1escritório para contabilização automática. No ofício Lacerda de Aguiar enfatizaria que:

> [...] O Plano de Industrialização Rural, é um instrumento de ação governamental inteiramente aberta à indispensável, ajuda financeira do Governo da União, e solidário, dentro de sua programação, na política de investimentos públicos, ao fortalecimento da infraestrutura [sic] econômica e social do país [...] [55].

A energia elétrica tornou-se um dos grandes problemas para o êxito da industrialização rural, por isso insistentes ofícios foram direcionados para o Ministério das Minas e Energia, como também para o próprio presidente da República, com o propósito de terminar o que restava das construções das hidrelétricas. Também esses pedidos buscavam indicar a construção de outras possíveis hidrelétricas ou termoelétricas para abastecer as indústrias locais. Finalmente, houve vários ofícios solicitando a modernização do porto de Vitória, tanto para escoar o café, como para dinamizar a produção industrial.

QUADRO 3. ESPÍRITO SANTO: PLANO DE INDUSTRIALIZAÇÃO RURAL PROGRAMAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DAS FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS EM VALORES CORRENTES.

ESPECIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	PROGRAMAÇÃO				TOTAL DO PROGRAMA	FONTES DOS RECURSOS			
	1964		1965			ORÇAMENTO ESTADUAL	ORÇAMENTO FEDERAL	IBC-GERCA, IAA, CVRD	OUTROS
	N°	CUSTO	N°	CUSTO					
Usina de Laticínios	5	4700			4700	4700			
Postos de resfriamento de leite			3	15.000	15.000	15.000			
Fábrica de farinha de mandioca e derivados	15	300.000	3	90.000	390.000	320.000			
Usinas de beneficiamento de arroz			5	125.000	125.000	100.000			

[55] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios recebidos e expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 675.

Usina de beneficiamento de milho			5	125.000	125.000	125.000			
Fábrica de doces			3	60.000	60.000				
Usinas de óleo vegetal			1	60.000	60.000	60.000			
Usina de pasta mecânica			1	1.200.000	1.200.000				
Usina de açúcar			1	5.000.000	5.000.000			4.000.000	
Armazéns de Benel, e padronização de sementes			2	20.000	20.000	20.000			
Parques de exposição			2	30.000	30.000	30.000			
Contribuição e participações							1000000		
Totais	**20**	**77.000**	**26**	**7.265.000**	**803.500**	**1.740.000**	**1000000**	**4.000.00 0**	**1295**
Participação relativa					100	21,7	12,4	49,8	16,1

FONTE: SILVA, 1986, p. 421

No planejamento do desenvolvimento econômico, o governador Lacerda de Aguiar criou o suporte tecnocrático para o CODEC, reorganizou a estrutura institucional da Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, instituiu a Secretaria de Planejamento (Secretaria sem Pasta), estruturou a Secretaria de Indústria e Comércio e, por fim, a Secretaria da Saúde e Assistência. Esse re-aparelhamento objetivava, especialmente, atender a demanda social por serviços públicos: saúde, saneamento e habitação (SILVA, 1986, p. 426-427).

O CODEC, por sua vez, foi um órgão da maior importância para o estudo da economia regional, uma vez que visava a apresentar sugestões ao governo do Estado, e também atuar na contratação de estudos e projetos de interesse para o desenvolvimento econômico estadual. Esse conselho tinha como organizador o industrial José Alexandre Buaiz e, posteriormente, passou a Humberto Pinheiro de Vasconcelos.

Faziam parte da composição do CODEC, que era presidido pelo governador do Estado: os senhores secretários de Estado, os diretores e presidentes do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo e do Espírito Santo Centrais Elétricas S.A, representantes das Federações das Indústrias e Comércio e Associações Rurais, e um representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Desse modo, o CODEC, vinculado à Secretaria sem Pasta, objetivava dar orientação científica à política econômica do governo do Estado, no sentido técnico de assessoria da Secretaria sem Pasta, e era incumbido de realizar estudos e planejamentos relacionados com o desenvolvimento econômico do Estado. Além do mais, o

CODEC contava com a colaboração da Faculdade de Ciências Econômicas e dos centros de pesquisas econômicas das Federações das Indústrias e Comércio.

No governo Lacerda de Aguiar, era função do CODEC: 1- Plano Educacional de Emergência – Objetivando a erradicação do analfabetismo. Foi executado por uma equipe de economistas contratados pelo CODEC; 2- Plano de Industrialização Rural; 3- Plano de Valorização do Vale do Benevente; 4-Plano de Valorização do Itabapoana; 5-Plano Agrícola Integrado[56].

Foram trabalhos adotados pelo CODEC**:** 1- Plano de aproveitamento do Vale do Orobó; 2- Desenvolvimento municipal e níveis de vida; 3-Perspectivas de desenvolvimento Industrial da região do rio Doce; 4-Plano diretor de desenvolvimento agrícola do Espírito Santo; 5-Plano de desenvolvimento dos serviços de águas e esgotos; 6-Plano rodoviário estadual; 7-Plano de expansão da Escelsa; 8-Plano de Hidrelétricas de Aimorés-Guandú; 9-Plano global dos recursos hidráulicos das bacias dos rios Itapemirim, Novo Benevente, Jucú e São Mateus[57].

Além disso, houve o planejamento de uma moderna mecanização rural, e o re-aparelhamento do porto de Vitória[58]; planejamento e estudos: mecanização rural, modernização e expansão dos serviços de água e esgotos da capital do Estado; reforma e modernização da contabilidade do porto de Vitória[59]. A função principal do CODEC era a contração de estudos e projetos de interesse para o desenvolvimento da economia do Espírito Santo e estudo da economia regional[60].

Do Planejamento do CODEC/ Plano de ação para o ano de 1964, constam:

I-Programa básico, adotadas para as medidas estrangeiras, no plano de um desenvolvimento mais acelerado: a) Programa de expansão da Escelsa; b) Vinculações rodo-

---

56 ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1965 [por] Francisco Lacerda de Aguiar, governador do Estado do Espírito Santo. Vitória**, [s.n] 1965.
57 ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1965 [por] Francisco Lacerda de Aguiar, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, [s.n] 1965, p. 15.
58 ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n° 1, outubro, 1963.
59 ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n° 3, Abril, 1964.
60 ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 4, janeiro, 1965.

ferroviárias entre Vitória e Belo Horizonte; c) Pavimentação de estradas estaduais pertencentes ao grande sistema de escoamento da produção agrícola e subsistência.

II- No plano de desenvolvimento da agricultura de subsistência, medidas de infra-estrutura estão sendo programadas em contato com a SUNAB, e se estabelecem em linhas gerais, a saber: a) Colocação da Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo (CASES) à disposição da estrutura operacional do governo da união; b) Construção de centros de abastecimento (mercados do produtor); c) Estímulos do governo estadual ao movimento cooperativista, em todas as áreas tecnicamente zoneadas pela Associação de Crédito e Assistência Rural (ACARES); d) Plano de Industrialização Rural;

III- No plano de desenvolvimento das pequenas e médias indústrias, está em estudo a organização de órgãos creditícios e financiadores que possam carrear recursos necessários aos planos de expansão: a possibilidade de organização de uma Companhia de Progresso do Espírito Santo está em estudo no Conselho de Desenvolvimento em coordenação com as Federações de Indústria e Comércio do Estado.

IV- O CODEC do Espírito Santo está dotado dos seguintes planos globais: a) Plano de SUPAN – Desenvolvimento municipal e níveis de vida; (1962); b) Plano diretor do desenvolvimento agrícola (ACARES) – 1963/1965; c) Perspectiva de desenvolvimento industrial da grande região do rio Doce – mandado estudar pela CVRD (1964); d) Plano Educacional de Emergência, objetivando a erradicação do analfabetismo, mandado executar pelo CODEC, 1964; e) Plano de Industrialização Rural; f) Plano de desenvolvimento dos serviços de águas e esgotos sanitários; g) Plano rodoviário estadual; h) Plano de expansão da Escelsa[61].

Outros programas foram de extrema importância para o desenvolvimento econômico do estado. Dentre eles, foram programados em 1963: **Convênios com a CVRD:** a) Construção de uma linha de transmissão entre Venda Nova e Piracema, cuja energia será fornecida pela CVRD; b) Aumento da taxa de exportação de minério, passando de 12 a 24 cruzeiros, devendo ser canalizada para a administração do porto de Vitória[62].

---

[61] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar) **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 4, janeiro, 1965.

[62] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n° 3, Abril, 1964.

Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização: [...] Divisão de fomento: serviços de reserva, patrulhas mecanizadas (38 máquinas pesadas), serviços de defesa sanitária animal, fábricas de rações, setor de crédito, serviço de assistência ao cooperativismo [...] [63].

Trabalho no porto de Vitória (1964): a) Recuperação do porto semafórico; b) Novo piso para o Armazém n° 2; c) Divisão interna do prédio de APV (administração do porto de Vitória), em diversos pavimentos; d) Gabinetes novos para a tesouraria e divisão do tráfego; e) Pintura de todos os prédios da APV; f) Levantamento do patrimônio físico da APV; g) Criação da comissão de fiscalização das obras da ponta do Tubarão e da chefia de gabinete da superintendência; h) Criação da central de transportes, da comissão permanente de concorrências públicas e da comissão de inquérito e sindicância; i) Realização de festas juninas e natalinas, com distribuição de prendas aos portuários e suas famílias[64].

Enquanto no governo Carlos Lindenberg as relações entre os empresários industriais e o executivo estadual eram próximas, no governo Lacerda de Aguiar, elas se distanciaram, especialmente porque o governador não colocou a industrialização de base como prioridade em suas atividades administrativas. Para Lacerda de Aguiar, a industrialização era um complemento da agricultura, portanto ele não confeccionou nenhum grande projeto direcionado à aceleração do desenvolvimento industrial. Pela razão de o governo não ter nenhum grande projeto industrial de base, e ainda por cima ter uma industrialização voltada para o campo, a elite empresarial percebeu um descompasso entre as ações governamentais e o desenvolvimento capitalista. Dessa maneira, ela propôs à administração estadual um projeto de criação do Distrito Industrial de Vitória. Esse trabalho foi organizado sob orientação da Federação das Indústrias do Estado e tinha como finalidade mostrar a necessidade de se reservar duas áreas para Distritos Industriais. A primeira área seria próxima ao porto de Tubarão, onde surgiriam indústrias siderúrgicas. A segunda área seria localizada nas intermediações de Campo Grande, abrigando indústrias que não tinham vinculações com as siderúrgicas, mas voltadas para os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, interligadas por rodovias ou ferrovias. Era exigência dos industriais que o Distrito Industrial se localizasse próximo à Estrada de Ferro Vitória-Minas. Os terrenos próximos a zona industrial se destinariam a lotes residenciais para operários, fins comerciais, e industriais, estabelecimentos

63 ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 4, janeiro, 1965.

64 ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 4, janeiro, 1965.

de ensino, hotéis, hospitais, templos, cinemas e sociedade de classe, abertura de vias, ou logradouros públicos[65].

A partir de 1965, o discurso do governador em torno do desenvolvimento se acentuou e foi enviado a Assembleia Legislativa, em 4 de agosto de 1965, pelo CODEC, um Plano de Desenvolvimento Estadual que previa: recursos naturais; reflorestamento; difusão cultural, esportes e recreação popular.Lacerda de Aguiar, enviando um ofício para a Câmara dos Deputados Federais, solicitou a implantação de uma indústria naval no porto de Vitória, algo que não saiu do papel.

O governador procurou, ao mesmo tempo, viabilizar junto ao governo federal as construções de estradas e pontes para a zona rural, beneficiando as elites cafeeiras e os pequenos produtores de café, conforme o ofício abaixo:

> [...] Senhor ministro,
>
> Segundo comunicações contidas nos ofícios números 1801 e 1810, todos de setembro último, do senhor Engenheiro Chefe do 17° distrito rodoviário federal ao senhor diretor geral do DER deste Estado, várias verbas federais para construção de rodovias e pontes no Espírito Santo forma incluídas, integralmente, no plano de economia, razão pela qual não pode o D.N.E.R conceder a delegação de encargos solicitada.
>
> Tratando-se de assunto de relevância para o plano de ação do meu governo, por isso que objetiva o desenvolvimento da produção agrícola de várias zonas do território do Estado com reflexo na economia do país, encareço os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido da liberação das referidas verbas, com o que terá prestado apreciável serviço a laboriosa classe agrícola deste Estado [...] [66].

Na área agrícola, o governador tanto priorizou a mecanização do campo (patrulhas mecanizadas), quanto a compra de sementes, e redução de imposto para agricultura. Outra importante medida foi diminuir os efeitos da crise cafeeira, por meio de diversificação da agricultura. Em um ofício enviado ao Ministro da Indústria e Comércio, Egydio Michaelsen, o governador estadual relata a difícil situação agrícola do Espírito Santo, e pede ao ministro fornecimento de recursos para que possa adquirir sementes que seriam revendidas aos

[65] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios recebidos e expedidos pelo governador do Estado do Espírito.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 679.
[66] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa: 659.

lavradores a baixos custos[67]. Já em outros ofícios, a administração estadual procura financiamento do governo federal para a constituição das patrulhas mecanizadas. Não obstante, o governador do estado buscou de todas as formas incentivar a formação de cooperativas de beneficiamento de indústrias rurais, sobretudo com o Plano de Industrialização Rural. Foi instalada, por exemplo, a indústria de óleo de mamona.

No setor viário, Lacerda de Aguiar procurou incentivar o escoamento dos produtos na direção centro-sul, por isso insistentes pedidos ao governo federal para a construção da BR-31, ligando Belo Horizonte a Vitória.

CONCLUSÃO

Em geral, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por intensas transformações socioeconômicas. A consolidação do capitalismo no Brasil refletiu-se de modo direto no estado do Espírito Santo, principalmente, por causa do plano desenvolvimentista elaborado por Juscelino Kubistchek. Desse modo, os governadores do estado do Espírito Santo entre os anos de 1959-1962 procuraram conciliar o desenvolvimento capitalista com a defesa da cafeicultura.

Carlos Lindenberg que governou o estado do Espírito Santo entre os anos de 1959-1962, entendia que a mudança capitalista deveria ser feita de modo lento e gradual, ou seja, sem grandes rupturas. Por isso, o governador estadual procurou diminuir os efeitos da erradicação do café, bem como, procurou intensificar a produção de energia elétrica no estado, com a finalidade de subsidiar a indústria.

Na visão de Lindenberg, a cafeicultura era a principal fonte de renda do Estado e, de certo modo, o governador imaginava que a renda advinda do café poderia gerar subsídios para a instalação de indústrias. Portanto, diferentemente do que pensa a historiografia tradicional, Carlos Lindenberg não governou apenas para o campo, mas tentou montar uma estrutura que permitisse o desenvolvimento econômico-industrial. Dessa forma, a personalidade política de Carlos Lindenberg difere de outros integrantes do PSD, pois, após seu primeiro governo, ele foi eleito senador da República e, como senador, manteve contato político em nível federal

[67] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Correspondências recebidas e expedidas pelo governador do Estado do Espírito.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa: 657.

com outras lideranças políticas brasileiras, como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que possibilitaram a aceleração do desenvolvimento capitalista brasileiro.

O resultado das transformações capitalistas ocorridas no Espírito Santo foi a perda de espaço das forças políticas tradicionais para as forças industriais emergentes, que estavam aglomeradas em torno da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES). Tal Federação passou a promover diversos debates sobre a modernização industrial do Espírito Santo, com a formação do Conselho Técnico, o seminário pró-desenvolvimento, e a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Desse modo, podemos concluir que as forças políticas locais passaram a perceber o descompasso do desenvolvimento estadual com o do centro-sul. As lideranças políticas, coligadas às forças empresariais, lutaram pela modernização capitalista como forma de estratégia de sobrevivência do estado. Isso ficou evidente com a mudança de postura das elites do estado do Espírito Santo, por causa da luta em torno da transferência da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para Vitória, que resultou na decisão de Jânio Quadros pela transferência da sede da CVRD para Vitória, e a indicação de Eliezer Batista para a presidência da companhia.

Por outro lado, a grave situação da cafeicultura levou ao governo estadual a implantar as patrulhas mecanizadas, diversificação da produção agrícola, e requerer estudos sociológicos na área rural. Vale lembrar ainda que o governo estadual procurou em debates com os órgãos federais para resolver o problema da agricultura capixaba.

O governo de Francisco Lacerda de Aguiar foi bem mais flexível em relação às massas populares, ou seja, o acesso aos benefícios públicos foi mais flexível. Em termos gerais, o governo estadual procurou, a princípio, orientar sua política econômica para a área rural, precipuamente por causa da crise do café, iniciada em 1955, para isso foram formulados dois planos de ação: o Plano de Industrialização Rural e o Plano Educacional de Emergência. O primeiro, caracterizou-se pela ampliação de recursos financeiros em créditos orientados e pela aquisição de plantas industriais para que houvesse repasse financiado às cooperativas agrárias. Enquanto o segundo promoveu a construção de escolas no estado, sobretudo no interior.

Em resumo Lacerda de Aguiar levou o desenvolvimento econômico para o campo, o modernizando.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg**: Um Estadista de seu tempo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

FINDES (Brasil). **A Federação das Indústrias e o desenvolvimento**, 1ª edição. Vitória, 1998.

GURGEL, Antônio de Paula. **Dr. Carlos**: Um homem do campo e sua relação com o poder. Vitória: Contexto e Jornalismo & Assessoria, 2000.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. Ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. (Coleção Canaã: 8).

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: Estado, interesse e poder. 2 v. Rio de Janeiro :Fundação Getúlio Vargas, 1986.